

«A limpeza da floresta é um mito»

O arquitecto paisagista explica como se deve reordenar a paisagem portuguesa depois dos incêndios. Sem pinheiros nem eucaliptos

Alexandra Correia / VISÃO nº 545 14 Ago. 2003

Gonçalo Ribeiro Telles tem 81 anos e é considerado o primeiro ecologista português. Monárquico liberal, ex-ministro de Estado e da Qualidade de Vida, fundador do Movimento Partido da Terra, teve, ao longo da vida, uma vasta intervenção política e cívica. Nesta entrevista, concedida no seu atelier, em Lisboa, não poupa críticas ao rumo que a nossa agricultura tomou.

VISÃO: Quais são as causas desta calamidade?

GONÇALO RIBEIRO TELLES: A grande causa é um mau ordenamento do território, ou seja, a florestação extensiva com pinheiros e eucaliptos, de madeira para as celuloses e para a construção civil. O problema foi uma má ideia para o País, a de que Portugal é um país florestal. Lançou-se a ideia de que, tirando 12% de solos férteis, tudo o resto só tem possibilidades económicas em termos de povoamentos florestais industriais.

V: De onde vem essa ideia?

GRT: É uma ideia antiga que começou nos anos 30 com a destruição, também por uma floresta extensiva, das comunidades de montanha do Norte de Portugal, que tinham a sua economia baseada na pecuária. As dificuldades por que passava a agricultura deram origem a que se quisesse transformar grandes áreas do País ? já são 36% ? em florestas industriais. Esta campanha transformou a silvicultura, que era a profissão básica, numa profissão de florestal, para dar resposta aos grandes interesses económicos. Houve ainda outra campanha, a do trigo, em que se organizou o País em função desta cultura, que tinha por base o mito da independência de Portugal em pão. Além das terras para o trigo, tudo o resto, num sistema de agricultura economicista, tem que ser floresta, produção de madeira. O resultado está à vista.

V: Passámos então a ser um País florestal.

GRT: Os romanos dividiam o território em três áreas, além da urbe: o ager, que era o campo cultivado intensamente; o saltus, a pastagem, a agricultura menos intensiva; e a silva, a mata de produção de madeira e de protecção. Todo esse ordenamento foi transformado, acabou-se com a silvicultura e começou o culto da floresta, que não temos. Se formos ao campo perguntar onde fica a floresta, eles só conhecem a do Capuchinho Vermelho, porque o que têm na sua terra são matas, matos, etc. No século XIX, o pinheiro bravo veio para responder às necessidades do caminho-de-ferro que estava em lançamento. Mais tarde é que vem a resina, a indústria da madeira e a celulose. O pior é que se transformou o País num território despovoado e que, dadas as características mediterrânicas, arde com as trovoadas secas.

V: Como deve ser reordenado o território?

GRT: O País está completamente desordenado. Por um lado, uma política agrícola que

não considera o mosaico mediterrânico, com agricultura, pecuária, regadio e horticultura, os matos, as matas, todo um mosaico interligado e ordenado. Em Mação, por exemplo, aquela população vivia tradicionalmente da agricultura que fazia nos vales e nas naves. E na serra existiam os matos pastados pelas cabras, pelos bovinos. Dos matos retirava-se o mel, a aguardente de medronho, a caça e as aromáticas.

A França, nas zonas de mato, tem uma política de aromáticas de abastecimento da indústria de perfumes. A questão, hoje, é criar uma mata que produza madeira, mas que se integre nos agro-sistemas, uma paisagem sustentada, polivalente e nunca repetir, como já querem, a plantação de eucaliptos e de pinhal. As populações estão fartas disso e devem ser chamadas a depor. E tem que haver duas intenções ecológicas fundamentais: a circulação da água e a circulação de matéria orgânica, aproveitando-a para melhorar as capacidades de retenção da água do solo.

V: A excessiva divisão do território (em meio milhão de proprietários) dificulta as limpezas florestais?

GRT: A limpeza da floresta é um mito.

O que se limpa na floresta, a matéria orgânica? E o que se faz à matéria orgânica, deita-se fora, queima-se? Dantes era com essa matéria que se ia mantendo a agricultura em boas condições e melhorando a qualidade dos solos. E, ao mesmo tempo, era mantida a quantidade suficiente na mata para que houvesse uma maior capacidade de retenção da água. Com a limpeza exaustiva transformámos a mata num espelho e a água corre mais velozmente e menos se retém na mata, portanto mais seco fica o ambiente.

V: Se as matas estivessem bem limpas ardiam na mesma?

GRT: Ardiam na mesma e a capacidade de retenção da água não se dava, passava a haver um sistema torrencial. A limpeza tem que ser entendida como uma operação agrícola. Mas esta floresta monocultural de resinosas e eucaliptos, limpa ou não limpa, não serve para mais nada senão para arder. Aquela floresta vive para não ter gente. Se houvesse lá mais gente aquilo não ardia assim.

V: Defende uma mata com que tipo de madeiras?

GRT: Madeiras para celulose é difícil porque temos agora uma forte concorrência no resto do mundo. Os eucaliptais, para serem mais rentáveis, só poderiam sê-lo no Minho que é onde chove mais de 800 ml ao ano. O eucalipto precisa de muita água e Portugal não pode concorrer com o Brasil e a África em termos de custo. Só se transformarmos o Minho num eucaliptal. Pode-se optar pelas madeiras de qualidade da cultura mediterrânica como todos os carvalhos, o sobreiro, a azinheira e pinhais criteriosamente distribuídos.

V: Não são tão rentáveis...

GRT: O carvalho, por exemplo, acompanha toda uma panóplia de rendimento como a cortiça, a pecuária, a produção do mel, das aromáticas, a caça.

V: Há uma visão limitada do que pode ser rentável na floresta?

GRT: É muito bom para as celuloses e muito mau para as populações e para o País, que está devastado. O mundo rural foi considerado obsoleto, como qualquer coisa que vai desaparecer. Veja-se o disparate que foi a política de diminuição dos activos na agricultura. Contribuiu para o aumento dos subúrbios, dos bairros de lata, da emigração. Trouxe alguma coisa melhor para a província? Não. Apenas um grande negócio para as celuloses e para os madeireiros.

V: As populações estão alertadas para essa multiplicidade de culturas?

GRT: Completamente alertadas; quem parece que não está são os políticos e os técnicos. Porque se perderam numa floresta de «números». Quem conhece as estatísticas diz que somos o terceiro país da Europa em número absoluto de tractores, só ultrapassados pela Alemanha e pela França. Somos um país de tractores porque os subsídios dão para isso, porque interessa à importação dessa maquinaria toda. As pessoas foram levadas a investimentos, em nome do progresso, que não tinham qualquer racionalidade.

V: No caso de se aumentarem as áreas agrícolas, temos agricultores para tratar delas?

GRT: Temos. Estão desviados, foram convencidos de que eram uns labregos. Houve toda uma política de desprestígio do mundo rural tendo por base a ideia de que era inferior ao mundo urbano. Despovoámos os campos e essa gente toda veio para a cidade. Hoje, enfrenta o desemprego. Esqueceram-se que o homem do futuro vai ser cada vez mais o homem das duas culturas, da urbana e da rural. Hoje, 30% das pessoas que praticam a agricultura económica na Europa não são agricultores. É gente que vive na cidade, tem lá o seu escritório e tem uma herdade no campo onde vai aos fins-de-semana. A expansão urbana aumenta e não podemos viver sem a agricultura senão morremos à fome.

V: Que pode fazer o Estado, uma vez que 84% da nossa floresta está nas mãos dos proprietários?

GRT: Pode fazer planos integrados de ordenamento da paisagem. O Estado não domina totalmente a expansão urbana quando quer, não faz planos gerais de urbanização? Não se devia poder plantar o que se quer porque também não se pode construir o que se quer. Constrói-se mal porque, às vezes, o Estado adormece. Faltam planos gerais de ordenamento de paisagem, que a actual legislação não contempla, apesar de já ter instituído a Estrutura Ecológica Municipal através do Decreto-Lei 380/99. A Lei de Bases do Ambiente tem os conceitos e os princípios para um plano de ordenamento de paisagem, está lá tudo escrito, mas nunca foram regulamentados.

V: A actual legislação favorece as monoculturas?

GRT: Favorece porque a chamada «modernização» da agricultura é um escândalo de incompetência. As universidades de Agronomia em Portugal tiveram um período de grande pujança intelectual no fim do século XIX e no princípio do século XX. Agora, parece terem-se rendido ao economicismo.

V: Deve o Estado apoiar com subsídios e benefícios fiscais?

GRT: Com certeza. O proprietário está com a corda na garganta, faz aquilo que lhe der dinheiro já para o ano. Por isso, têm que se estabelecer limites e normas a sistemas, não a culturas, mas sem tirar às pessoas a liberdade de correr riscos.

V: E promover o associativismo florestal, como em Espanha, por exemplo?

GRT: Abrimos um bom caminho com as «comunidades urbanas» que estão na forja, pequenas áreas metropolitanas de freguesias e aldeias, acho muito bem. Estamos numa cultura mediterrânica e não se pode traduzir o desenvolvimento em unidades economicistas de produção em grande volume de dois ou três produtos. É da polivalência, da multiplicidade de produtos e da harmonia da paisagem que resulta a possibilidade de ter uma população instalada em condições de dignidade. Essas comunidades é que deverão fazer a síntese de todos os interesses. Porque quando começamos a destacar os interesses por sector, a visão sistémica desaparece e os interesses da comunidade passam para empresas que ultrapassam as suas fronteiras comprometendo a sustentabilidade da região. Não defendo que haja um sector agrícola e um sector florestal, para mim é exactamente o mesmo: a agricultura completa a floresta e a floresta completa a agricultura.

V: O Partido Socialista voltou a falar da regionalização como forma mais eficaz de ordenar o território. Concorda?

GRT: Defendi uma regionalização há muito tempo, que deu origem a um documento de que os grandes partidos fizeram muita troça. Dividia o País em cerca de 30 regiões naturais, áreas de paisagem ordenada, que estavam já organizadas histórica e geograficamente. São as terras de Basto, as terras de Santa Maria, as terras de Sousa, a Bord"água do Tejo, etc. O País é isso e não é outra coisa. Esta regionalização podia contribuir para a efectivação dos planos de ordenação da paisagem, com uma participação democrática das respectivas populações.

V: O Governo acordou tarde para a calamidade dos incêndios?

GRT: Que podia o Governo fazer? O mal vem de longe. Mas não estou seguro de que se vá enveredar agora pelo caminho certo. Já estão a dizer que querem reflorestar tudo como estava. Fico horrorizado quando ouço isso. Significa que querem voltar aos pinheiros e aos eucaliptos. Perguntem às vítimas dos incêndios que ficaram sem as casas se querem outra vez pinheiros à porta. Destruíram as hortas... Porque ardem as casas? Porque o pinheiro está no quintal.

V: Olhando para o futuro, os incêndios podem constituir uma oportunidade para se reorganizar o território?

GRT: Também o terramoto permitiu que o Manuel da Maia, a mando do Marquês de Pombal, fizesse a Baixa lisboeta. Não desejo um terramoto, mas não percam esta oportunidade. O futuro do País e da sua identidade cultural e independência está em causa.